

# Uso da violência doméstica como prática educativa: conhecendo a realidade em Diamantina – MG/ Brasil

Domestic violence as an educative practice: knowing the reality in Diamantina-MG-Brazil

RARIANNE CARVALHO PERUHYPE\*

NÁDIA VERÔNICA HALBOTH\*\*

PAULA ARYANE BRITO ALVES\*\*\*



**RESUMO** – O presente artigo objetiva analisar o uso da violência doméstica como prática educativa em Diamantina – MG. Nesse sentido, foi utilizado um questionário aberto para avaliar o uso de disciplina não violenta, violência psicológica e violência física, esta classificada como leve, moderada e grave. A amostra estudada se constituiu de 90 responsáveis por crianças, escolhidas aleatoriamente a partir do universo de 7.455 crianças matriculadas nas creches, pré-escolas e ensino fundamental, públicos e privados, na sede do município, periferia e também zona rural. Alguns dos resultados mostraram que todos os entrevistados adotam a disciplina não violenta, 95,56% a Violência psicológica e 94,44% a violência física, que, nas formas moderada e grave, é praticada por 74,44% dos entrevistados. O ensino de novas práticas educacionais surge, dessa forma, como uma necessidade urgente.

**Palavras-chave** – Abuso. Criança. Disciplina. Educação infantil. Maus-tratos infantis.

**ABSTRACT** – The article discusses about the use of domestic violence as educational practice in Diamantina – MG (Brazil). For this purpose, an opened questionnaire was applied to evaluate the use of nonviolent discipline, psychological aggression and physical assault, since minor until severe corporal punishment. The sample of participants included the parents of 90 children, randomly selected among 7.455 ones registered in public and private day care institutions and schools, in the center, periphery and rural area of the town. Some results showed that all the interviewed individuals use the non-violent discipline, 95,56% the psychological aggression, and 94,44% physical assault, in which the severe form was practiced by 74,44% of the participants. Thus, teaching of new behaviour practices seems to be an urgent need

**Keywords** – Abuse. Child. Discipline. Child rearing. Child abuse.

---

\* Mestre em Enfermagem Avançada – Universidade de Nottingham, UK. Consultora, setor Saúde da Família – Secretaria Estadual de Saúde, Porto Alegre – RS, Brasil. *E-mail:* [raricp@gmail.com](mailto:raricp@gmail.com)

\*\* Doutoranda em Saúde da Criança e do Adolescente, UFMG. Professora de Psicologia, pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, UFVJM, Mina Gerais – MG, Brasil. *E-mail:* [nadia.veronica@yahoo.com.br](mailto:nadia.veronica@yahoo.com.br)

\*\*\* Doutora em Ciência Animal pela UFMG. Professora em Saúde Coletiva – ênfase em Epidemiologia, pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, UFVJM, Mina Gerais – MG, Brasil. *E-mail:* [paula@ufvjm.edu.br](mailto:paula@ufvjm.edu.br)  
*Submetido em: novembro/2010. Aprovado em: março/2011.*

**N**a condição de seres humanos e cidadãos constituintes de uma sociedade que se inter-relaciona pelos mais diversos vínculos, somos partícipes primários do núcleo ou instituição denominado família, de onde extraímos, por relações de convivência, os matizes culturais, psicológicos e sociais na formação da nossa personalidade. Nesse sentido, as ações praticadas e a dinâmica e organização de cada família, se não adequadamente administradas e estabelecidas, podem levar a desequilíbrios, desvarios e desajustes, gerando a violência intrafamiliar, que, segundo o Ministério da Saúde (2002, p. 15),

é toda ação ou omissão que traga prejuízos à integridade física ou psicológica, à liberdade e ao direito a um desenvolvimento pleno de outro membro da família. Esta violência pode ocorrer dentro de casa ou fora desta por algum membro da mesma ou por pessoas que assumam a função parental ou mantenham uma relação de poder em relação à outra.

A violência física, por exemplo, é caracterizada pela tentativa ou uso intencional da força física contra uma pessoa, através de instrumentos ou meios que causem danos corporais variados (DAY et al., 2003, p. 10). A repetição de atos punitivos pelo agressor, infligidos a um determinado agredido, pode também, com o passar do tempo, tornar esse último um futuro e potencial agressor, com tendência ao repasse e multiplicação do fruto do seu aprendizado: a violência. Isso nada mais é do que a resultante de um “ciclo patológico e violento”, no qual crianças assumem a posição de vítimas temporárias enquanto filhos, para agressores disseminados nas condições de pais e/ou cuidadores.

Embora as lesões corporais decorrentes da violência física em geral sejam leves, podem ocorrer traumas graves, demandando internação hospitalar ou mesmo levando ao óbito. As situações mais graves decorrem, habitualmente, de múltiplas lesões e da utilização de objetos, como cintos, por exemplo.

Outro aspecto a ser considerado é a violência psicológica, que se insinua e se mascara nos ultrajes da normalidade e que, muitas vezes, pela sutileza de características, pode ser considerada uma das mais difíceis de serem percebidas, estando presente inclusive em situações que envolvam outros tipos de violência (SBP/FIOCRUZ/MJ, 2002, p. 13). Ela deixa marcas profundas no indivíduo, podendo comprometer a saúde mental e o desenvolvimento do mesmo (DAY et al., 2003, p. 10).

É um engano achar que essa mazela humana surgiu recentemente. Ela apenas ganhou mais expressividade e contexto de calamidade nas últimas décadas, sendo seus primórdios localizados nos mais antigos registros e, conforme Assis (1994, p. 126), “adaptando-se às especificidades culturais e às possibilidades de cada momento histórico”. Defrontamo-nos, então, com um problema crescente e complexo (OLIVEIRA; GROSSI, 2007, p. 132), ao qual nos compete estabelecer soluções viáveis e aplicáveis à nossa realidade temporal, capazes de extirpar esse mal pela raiz ou, ao menos, minimizá-lo, atingindo todas as suas ramificações, sejam elas físicas, sexuais, psíquicas, negligenciais, dentre outras.

Esse cenário que se desenrola às nossas vistas evidencia a necessidade persistente de estudo e combate das diversidades de agressões e suas dissimuladas facetas. Meneghel e colaboradores (1998, p. 333), nesse sentido, observaram que a punição física infantil está largamente difundida em nossa sociedade, sendo camuflada e aceita sob a forma de prática disciplinadora.

Dessa forma, o presente estudo foi desenvolvido com o propósito basilar de se obter um levantamento consistente sobre a utilização da violência física e psicológica contra crianças, como prática disciplinar, em Diamantina – Minas Gerais, comparando-se a situação na sede do município, na periferia e na zona rural, bem como de compreender a visão que os agressores têm do uso dela como prática educativa. Confirmando-se a hipótese de que a violência é uma prática educativa disseminada, pretende-se sensibilizar as autoridades e a população para uma real necessidade de mudança.

## Metodologia

O presente trabalho teve seu projeto avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Foram adotados dois eixos metodológicos norteadores, capazes de permitir uma análise mais profunda e fidedigna das práticas violentas e seus artefatos como forma educativa. São eles: (a) estudo numérico dos dados coletados e de sua representatividade simbólica no contexto aplicado; (b) estudo dos núcleos de sentido, extraídos dos depoimentos de cada entrevistado.

O instrumento desta pesquisa foi o questionário Parent-Child Conflict Tactics Scales (STRAUS et al., 1998), uma ferramenta comprovadamente eficiente de estudo e diagnóstico da violência praticada contra crianças e adolescentes, adequadamente adaptado à nossa realidade por Reichenheim e Moraes (2003). Nele constam 22 perguntas abertas, referentes às práticas educativas utilizadas por pais e responsáveis. Estas foram classificadas como *disciplina não violenta* (ex.: explicar à criança que ela fez algo errado), *violência psicológica* (ex.: xingar, ameaçar) e *violência física*, podendo esta última ser leve (ex.: dar um tapa), moderada (ex.: jogar no chão) e grave (ex.: queimar e “bater muito, o máximo que conseguiu”). Foram acrescentadas questões a respeito do entrevistado, tais como gênero, idade, escolaridade e número de crianças sob seus cuidados.

Embora o instrumento tenha sido desenvolvido para pesquisas de cunho quantitativo, o fato de ser constituído por perguntas abertas possibilitou também uma análise qualitativa das respostas.

A amostra estudada foi composta por 90 responsáveis por crianças. Eles foram estabelecidos a partir das crianças aos seus cuidados, amostradas entre as 7.455 crianças inscritas e matriculadas nas creches, pré-escolas e ensino fundamental (1ª a 4ª séries), públicos e privados, na região central ou sede, na periferia e também na zona rural do Município de Diamantina – MG, cidade que conta com cerca de 45.000 habitantes e está localizada no Vale do Jequitinhonha. As instituições foram escolhidas aleatoriamente, de forma estratificada, nas diferentes regiões do município, entre creches, pré-escolas e instituições particulares e públicas. O recrutamento das crianças se deu através da escolha aleatória do número de registro presente no diário escolar ou documento semelhante. Caso ocorresse algum imprevisto com a primeira escolha, dispunha-se das informações da criança seguinte, a qual serviria de sujeito. No caso do sorteio do irmão de uma criança já sorteada, este era substituído por outra criança.

De posse do instrumento de trabalho, as pesquisadoras foram a campo no período anual compreendido entre março de 2005 e março de 2006, visitando os sujeitos da pesquisa e, após explanação sobre os propósitos e obtenção do Consentimento Livre e Esclarecido, aplicaram o questionário.

Para a análise comparativa dos dados quantitativos, de acordo com a residência dos entrevistados (sede, periferia ou zona rural), tipo de instituição frequentada (particular ou pública) e escolaridade dos pais, utilizou-se teste Qui<sup>2</sup>.

A análise qualitativa das entrevistas se deu da seguinte forma: (a) compreensão geral dos depoimentos; (b) identificação dos núcleos de sentido, presentes na fala dos responsáveis pelas crianças; (c) elaboração de temáticas mais amplas que permitissem agrupar e confrontar os diferentes e principais núcleos de sentido; e (d) discussão e análise dos grupos temáticos.

## Análise e discussão dos resultados

Apenas um responsável se recusou a participar, sendo substituído por outro sujeito de pesquisa. Assim, foram entrevistados 90 indivíduos, cuja idade variou de 19 a 65 anos (média de 35 anos), que tinham sob seus cuidados de uma a nove crianças (em média 3,33). Outras características dos entrevistados se encontram na Tabela 1.

<b>Residência</b>	Sede	7
	Periferia	47
	Rural	36
<b>Escolaridade</b>	Até 11 anos	13
	Acima de 11 anos	77
<b>Instituição freqüentada pelos filhos</b>	Pública	6
	Particular	84
<b>Grau de parentesco com a criança</b>	Mãe	73
	Pai	8
	Avó	6
	Outros	3

Tabela 1 – Características dos 90 responsáveis por crianças residentes em Diamantina, entrevistados a respeito de suas práticas educativas, entre março de 2005 e março de 2006.

### **Análise quantitativa dos dados**

Constatou-se que 100% dos sujeitos entrevistados adotam a disciplina não violenta, 86 (95,56%) adotam a violência psicológica e 85 (94,44%) a violência física. Quanto a esta última, 67 entrevistados utilizaram violência física moderada (VFM) e 12 destes também violência física grave (VFG).

Comparando as diferentes categorias, constatou-se que a maior proporção na prática de VFM e VFG cabe à periferia do município, como ilustrado pelo Gráfico 1.

Não houve diferença estatisticamente significativa entre residentes na sede (um dos sete entrevistados, ou 14,29%) e nos distritos (66%), com relação a VFM e VFG. No entanto, houve diferença entre estes dois grupos e os moradores da periferia, onde 95,74% dos entrevistados a praticam ( $p < 0,001$ ).

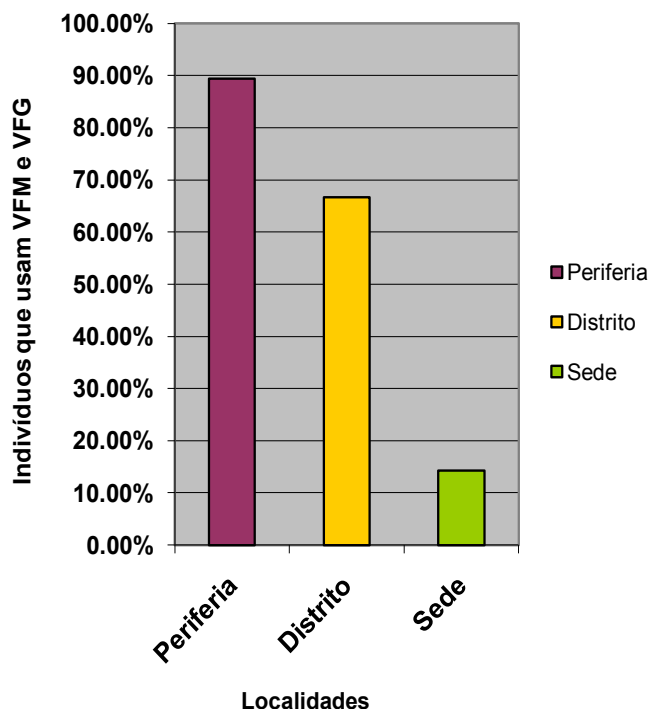


Gráfico 1 – Utilização de violência física moderada e grave conforme a localização da residência dos 90 responsáveis por crianças de Diamantina – MG, entrevistados a respeito de suas práticas educativas, entre março de 2005 e março de 2006.

Focando as atenções nas instituições onde se realizou a escolha das crianças, observou-se que as famílias cujas crianças frequentam instituições públicas praticam mais VFM e VFG do que as de escolas particulares (65,42% e 16,67% respectivamente –  $p < 0,05$ ).

Não houve diferença significativa entre residentes na sede, nos distritos ou na periferia quanto à violência psicológica. Porém, esta é mais insistentemente adotada pelos pais de crianças que frequentam instituições públicas do que particulares (97,62% e 66,67%, respectivamente –  $p < 0,001$ ) e também pelos pais ou responsáveis que possuem menos de 11 anos de escolaridade (75/77 ou 97,40%) em relação aos com mais de 11 anos de escolaridade (11/13 ou 84,62%) ( $p < 0,05$ ). Entretanto, há a possibilidade de que os pais com maior grau de escolaridade tenham omitido determinadas informações, temendo algum ato punitivo ou até mesmo censura contra os mesmos.

Inegavelmente, os números demonstraram ter a violência presença constante no processo educacional das crianças e adolescentes, destacando-se a periferia da cidade na prática assídua desse desrespeito ao ser humano.

Esse fato coincide com a observação de Santos e colaboradores (2001, p. 1141), que atribuíram, ainda, à periferia, a classificação de local onde se encontra maior número de vítimas de homicídio. Ficam, no entanto, as perguntas: As crianças da periferia são mais agredidas porque o contexto é violento? Será que crianças vítimas de violência serão agressores no futuro? Ou ainda, violência urbana gera violência doméstica, e esta por sua vez, contribui com a violência urbana?

## **Análise qualitativa dos dados**

Foram estabelecidas três temáticas principais, imbuídas de núcleos de sentido extraídos de cada “fala”, e que, de certa forma, interagem. São elas: a banalização da violência, a não adoção da violência frente a um fator de intervenção e o repúdio e arrependimento quando do uso da violência.

### ***Banalização da violência***

A primeira temática evidencia a aceitação e o desejo de punição, a visão da violência como alternativa frente ao erro e a aquisição de uma conotação de “brincadeira”, desta última.

Não raro foram obtidos depoimentos lastimáveis acerca da adoção de atos punitivos e agressivos contra crianças e adolescentes que, de uma forma geral, vêm confirmar o ponto de vista de Araújo (2002, p. 4) sobre a banalização da violência na sociedade. Este fenômeno no qual a violência ganha ares de normalidade pode ser observado em alguns discursos, principalmente quando os sujeitos da pesquisa foram perguntados acerca da punição corporal com a mão ou algum instrumento como vara, cinto, chinelo, e da localização da referida agressão, como se segue abaixo:

*Uma palmada é o mesmo que um prato de doce de leite...*

*Sim, chinelo vai. Faz parte, para acalmar os ânimos...*

*Não, é só mesmo na bunda, de chinelo, é só, como se diz, toca mosquito, tira poeira.*

*Toda vez que bato, eu desconto a minha raiva, quando estou com ela, mas não bato para machucar, bato normal...*

Torna-se evidente a racionalização de atos punitivos enquanto instrumentos cotidianos, rotineiros e aceitos como normais, pelos praticantes. Essa é uma situação que se estende para muito além do que imaginamos, extrapolando os domínios das agressões físicas e se infiltrando inclusive nos matizes psicológicos. Vários são os xingamentos que, a despeito de seu efeito destruidor de personalidades, têm assumido as vestes naturais de uma brincadeira:

*De vez em quando, xingo de filho da p...; essas coisinhas bestas que o povo xinga.*

E para complicar ainda mais esse quadro, associou-se uma outra forma de agressão psicológica, as ameaças:

*Não. Eu coloco mais é de castigo. Quando ele atenta muito, eu falo que Efigeninha doída está vindo, e aí eles correm... [ ou:] Xingo muito: capeta. Praga não. Só faço medo neles, falo que vai acontecer algo com eles; Deus vai castigar...*

Algumas vezes, essa violência psicológica se manifestou como um fator supostamente capaz de corrigir um comportamento apresentado pela criança:

*Burra e preguiçosa também. Mas chamo ela de preguiçosa, não porque ela é, mas eu quero que ela agite pra emagrecer, porque ela está muito gordinha...*

Ainda que um diminuto número de depoimentos ressaltasse a aversão ao uso da violência como forma educativa, e seus malefícios para os agredidos e agressores, pudemos observar que a mesma está presente em grande parte das ações dos responsáveis pelo cuidado e educação das crianças, incluindo um leque de explicações e crenças errôneas acerca da naturalidade na prática da violência em suas variadas formas.

### ***A não adoção da violência frente a um fator de intervenção***

No segundo tema, são abordados fatores que, de certa forma, exercem influência no uso da agressão. Em algumas situações o não uso das práticas violentas embasou-se num fator extrínseco, representado por conselhos médicos, mitos ou até mesmo o receio frente aos órgãos disciplinadores, como o Conselho Tutelar. O que se observou foi o medo de consequências escabrosas à saúde da criança ou o prejuízo do próprio responsável, em detrimento de uma sincera e produtiva conscientização da importância do não uso da violência. Perguntados sobre algumas ações punitivas, os responsáveis afirmaram:

*Não, isso aí não faço não. Os médicos pedem pra bater na poupança.*

*Sim. Mas agora não faço mais não... O povo fala que beliscão embola o sangue.*

*Tapa na mão sim. Mas me falaram que não pode bater na mão e aí eu parei, porque tem uma veia que quando bate ela seca e mata a criança.*

*Não [bati com a mão fechada nem dei chute com força]. Nossa Senhora, Conselho Tutelar não perdoa não.*

*Não [bati com a mão fechada nem dei chute com força]. Aí era prejuízo pra mim. E o Conselho ?*

A mensagem extraída das falas deixa evidente a intervenção de um fator que impede o desfecho de algum ato violento que, na concepção popular, acarretaria danos funestos, de risco à vida da criança. A preocupação com o próprio bem-estar do agressor e a visão do Conselho Tutelar como órgão punitivo também ficaram evidentes.

### ***Repúdio e arrependimento quando do uso da violência***

Segundo Granville-Garcia, Silva e Menezes (2008, p. 302),

a incomensurável capacidade que o ser humano tem de ser desumano é levada aos piores limites quando este se torna capaz de lesar – maltratar e até matar – não só seus próprios semelhantes mas, notadamente, os seus descendentes.

Seguindo a linha de raciocínio dos autores citados e frente a alguns discursos, pode-se dizer que existe um incipiente despertar para a humanização, seja pelo não uso de determinadas práticas violentas seja mesmo pelo sentimento de culpa dos responsáveis frente a um ato agressivo desferido contra as crianças. Esses são os aspectos incluídos na terceira temática.

A violência exacerbada, representada por determinadas atitudes, provocou repulsa e assombro para alguns dos sujeitos da pesquisa que, quando questionados acerca de determinadas práticas, responderam:

*Violência não educa ninguém, se eles forem espancados em casa, vão bater nos outros na rua.. [ou então:] Não, isso é terrorismo.*

Isso nos remete a uma possível conscientização de que as medidas punitivas não são um instrumento adequado para fins educacionais, contribuindo apenas para perpetuar o ciclo de violência. Quando o uso das mesmas foi considerado necessário, o arrependimento, após desempenho da ação, surgiu como consequência à ação praticada:

*Já dei [palmada no bumbum]. E dói mais em mim do que nela... [ou:] Eu bato, mas depois eu choro...*

De conformidade com a ideia remetida pelos depoimentos, a punição tem se tornado um objeto assustador e desagradável de correção, atingindo o âmbito moral dos praticantes. Entretanto, porção ínfima da população adotou este ponto de vista, o que contribui para que a violência ainda perpetre na sociedade como um dos sérios entraves de saúde pública (GOMES et al., 2002, p. 7).

## **Considerações finais**

A violência, numa visão holística, tem se constituído numa das chagas da humanidade que, aprisionada por suas consequências, permanece adormecida quanto ao entendimento de sua fundamental colaboração nesse sentido. Embora a postura de repulsa ao uso desse conjunto de suplícios físicos e morais tenha se feito presente, o domínio da aceitação desses atos punitivos contra as crianças e adolescentes reinou soberano nas falas, atos e números.

Verificou-se, no grupo estudado, que a violência física é especialmente comum entre famílias que residem na periferia e cujas crianças frequentam instituições públicas e que a maior escolaridade é um fator protetor com relação à violência psicológica.

Conforme foi observado, há sempre uma justificativa, interpretando-se a violência como prática rotineira e banal da nossa sociedade, que passa a constituir-se num instrumento aceitável de disciplina. Educar pela agressão tornou-se uma alternativa de manutenção da superioridade, respeito e ordem adotada pelos pais e/ou responsáveis. Ou será mais uma forma de extravasar a raiva e a contrariedade mediante o desregramento dos filhos? A resposta está, certamente, presente nos domínios da consciência de cada agressor, que pelo seu papel efetivo na manutenção do “ciclo patológico e violento”



de repetição das punições contra as crianças, tem permitido classificar a violência como problema de saúde pública.

Nesse cenário, evidencia-se a necessidade da elaboração de medidas intervencionistas, galgadas na vigilância, assistência e ensino de novas práticas educativas, principalmente na periferia e aos usuários de creches e escolas públicas, onde a violência destacou-se.

Visando à humanização, devemos buscar conscientizar não somente os pais e responsáveis pelas crianças e adolescentes, mas igualmente todos os seres humanos, que convivem em grau direto ou indireto com outras pessoas e que, pela força do hábito adquirido em anos de erradicidade, perpetuam a disseminação de práticas agressivas. Nesse sentido, destaca-se o papel de profissionais da saúde e de educadores. Esse é um empreendimento conjunto, necessitando da colaboração da sociedade na íntegra, eis que não podemos deixar o encargo somente aos profissionais que atuam em creches, pré-escolas e escolas, mas é preciso trabalhar principalmente onde a violência tende a se infiltrar sorrateiramente, no próprio lar, combatendo desde as formas mais grotescas e animalizadas até a “sutileza” do discurso invasivo e destruidor.

## Referências

- ARAÚJO, M. F. Violence and sexual abuse within the family. *Psicol. Estud.*, v. 7, n. 2, p. 3-11, Jul./Dec. 2002.
- ASSIS, S. G. Crianças e adolescentes violentados: passado, presente e perspectivas para o futuro. *Cad. Saúde Pública* [online], 1994, v. 10, supl.1 [citado 2006-10-21]. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1994000500008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500008&lng=pt&nrm=iso).
- DAY, V. P. et al. Domestic violence and its manifestations. *Rev. Psiquiatr. Rio Gd. Sul* [online], apr. 2003, v. 25, suppl. 1, p. 9-21. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-81082003000400003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082003000400003&lng=en&nrm=iso).
- GOMES, R. et al. Por que as crianças são maltratadas?: Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. *Cad. Saúde Pública* [online], 2002, v. 18, n. 3 [citado 2006-10-21], p. 707-714. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2002000300019&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000300019&lng=pt&nrm=iso).
- GRANVILLE-GARCIA, A. F.; SILVA, M. J. F.; MENEZES, V. A. de. Maus-tratos a crianças e adolescentes: um estudo em São Bento do Una, PE, Brasil. *Pesq Bras Odontoped Clin Integr*, v. 8, n. 3, p. 301-307, set./dez. 2008.
- MENEGHEL, S. N.; GIUGLIANI, E. J.; FALCETO, O. Relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência. *Cad. Saúde Pública* [online], 1998, v. 14, n. 2 [citado 2006-10-21], p. 327-335. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1998000200017&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1998000200017&lng=pt&nrm=iso).
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde – Brasil. *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília: Ed. MS, 2002. (Caderno de Atenção Básica, n. 8)
- OLIVEIRA, S. B.; GROSSI, P. K. Desenvolvimento sustentável, enfrentamento da violência e cultura de paz. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, 2007. (revista virtual).
- REICHENHEIM, M. E., MORAES, C. L. Adaptação transcultural do instrumento Parent-Child Conflict Tactics Scales (CTSPC) utilizado para identificar a violência contra a criança. *Cad. Saúde Pública*. [online], 2003, v. 19, n. 6 [citado 2006-10-21], p. 1701-1712. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2003000600014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000600014&lng=pt&nrm=iso).
- SANTOS, S. M. et al. Spatial clusters of violent deaths in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil, 1996. *Cad. Saúde Pública* [online], 2001, v. 17, n. 5 [cited 2006-10-21], p. 1141-1151. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2001000500015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2001000500015&lng=en&nrm=iso).
- SBP/FIOCRUZ/MJ. *Guia de atuação frente a maus-tratos na infância e na adolescência: orientações para pediatras e demais profissionais que trabalham com crianças e adolescentes*. 2. ed. Rio de Janeiro, mar. 2001.
- STRAUS, M. A. et al. Identification of child maltreatment with parent-child conflict tactics scales: Development and psychometric data for a national sample of American parents. *Child Abuse & Neglect*, n. 22, p. 249-270, 1998.